

Comportamento, decisão e descrição: um esboço de crítica a modelos neoclássicos de ação

*Rafaella Lemos da Silva*¹

*Fabrcio Pontin*²

1 Introdução

O presente artigo busca elaborar um esboço de crítica ao modelo de ação racional neoclássico, modelo padrão da Teoria da Escolha, examinando os trabalhos de Amartya Sen e Martha Nussbaum, grandes críticos da teoria neoclássica. Por meio de análise da teoria de Kenneth Arrow, um dos principais teóricos da Teoria da Escolha, será desenvolvida uma breve explicação acerca do modelo neoclássico, apresentando conceitos e premissas principais.

Assim, a partir da dissertação sobre o modelo neoclássico de ação, e com base nos questionamentos e argumentos de Amartya Sen, buscaremos demonstrar que a análise puramente comportamental pode ser insuficiente para compreender o processo de decisão dos indivíduos. Sen é um dos primeiros teóricos a trazer a importância da descrição e do contexto para a discussão da Teoria da Preferência, apontando fatores que criam incongruências no modelo neoclássico de ação racional, assim, de acordo com ele, sendo um modelo inconsistente.

¹ Graduanda em Relações Internacionais, Universidade La Salle, bolsista CNPq, rafaellamosdasilva@gmail.com.

² Professor - Universidade LaSalle, Escola de Direito e Política/PPG em Educação

PhD (Philosophy), Southern Illinois University | Institute of International Education Fellow (2008-2012), fabricio.pontin@unilasalle.edu.br.

Não obstante a elegância do modelo de teoria da ação racional, busca-se nesta apresentação demonstrar que a empatia e o contexto em que o indivíduo está inserido influenciam em suas decisões. Ressaltando a diferença de 'escolha' e 'preferência', e focando em como o voto em eleições não reflete unicamente a preferência observada da pessoa, serão contemplados outros fatores como integrals ao processo de tomada de decisão além dos princípios clássicos e da análise comportamentalista.

2 O modelo neoclássico de ação

Em '*Social Choice and Individual Values*' (1951), obra de Kenneth Arrow, o autor procura demonstrar a partir de uma série de axiomas a possível coerência interna da ideia de democracia. Ele faz isso organizando uma série de condições básicas, representadas por seis axiomas, para o que ele chama de “função de bem-estar social”. Essa função de bem-estar social, quando integrada, representa uma agregação equilibrada de vontades individuais que poderia ser descrita enquanto “democrática”. Para Arrow, a função de bem-estar social é possível se e apenas se todos os axiomas básicos são preservados (ou seja, não entram em contradição) na produção de um bem social.

A teoria de Arrow é baseada em um egocentrismo metodológico, justificando a afirmação do autor de que agentes racionais sempre buscam maximizar uma utilidade. O egocentrismo sugere que indivíduos são auto-interessados, e a metodologia baseada nisto tem como principal foco de estudo o próprio indivíduo. Assim, Arrow designa critérios para que uma escolha individual ou de um determinado grupo se torne, efetivamente, uma escolha social.

Os critérios são: a não ditadura, a não imposição, a regra de transitividade social, o universalismo, o domínio irrestrito, e a monotonicidade. Entretanto, ao longo de seu texto, Arrow demonstra o quão complexos são estes critérios, pois acabam implicando, na produção de uma suposta função

de bem-estar social equilibrada, a contradição léxica entre diferentes axiomas.³

Quanto aos princípios essenciais de Arrow para determinar o comportamento racional de um ator, a conectividade é a capacidade do ator racional de ordenar hierarquicamente suas preferências, por exemplo, declarar que prefere A a B, e B a C, de modo que vamos representar em um axioma $A_p B_p C$, 'p' sendo preferência. Para o modelo neoclássico de ação racional, portanto, se um agente declara 'A' como preferência, é racional assumir que sempre que o agente puder fazer uma escolha dentro de um set ('S') onde 'A' está disponível, 'A' será escolhido. Transitividade é a coerência interna desse ordenamento, ou seja, se $A_p B_p C$, então não $C_p B_p A$.

Sendo assim, conforme a teoria de Arrow, se um indivíduo racional declara que $A_p B_p C$, e não $C_p B_p A$, pode-se presumir que sempre que o set de escolhas disponíveis for $S = \{A, B, C\}$, então a escolha será 'A'. E, por transitividade, se o set de escolhas disponíveis for $S = \{B, C\}$, então 'B'. Em um cenário onde $S = \{C\}$, os princípios de não imposição e domínio irretido de Arrow são violados.

A teoria neoclássica é baseada em uma metodologia egocentrista, e Arrow desenvolve seu trabalho com foco na preferência declarada dos agentes, ou seja, embasado na decisão que o ator toma, assim definindo suas preferências; por essa razão, pode-se afirmar que Arrow utiliza-se da semântica, que reflete um realismo lógico. Devido ao fundamento na preferência declarada, Arrow tem como objeto de análise o comportamento dos agentes, não aprofundando tanto a diferença entre preferência e escolha.

Ao analisar a teoria de Arrow e também de Samuelson (1938)⁴, Sen aponta inconsistências lógicas e indica a relevância de condições e contextos sócio-culturais para o estabelecimento das condições, além de salientar a importância da diferença entre escolha e preferência, a última tendo três

³ Para maior discussão acerca deste tema, ver: PONTIN, Fabrício. *From the Paradox of Voting to a General Paradox of Choice*. in SILVA, Delmo Mattos da. et al. **Contratualismo moral e político na contemporaneidade: Anais do Primeiro Congresso Internacional**. Seropédica: Editora da UFRRJ, 2014. p 27-41

⁴ Sen dialoga, principalmente, com o conceito de preferência revelada de Samuelson, que baseia sua teoria na consistência do *Weak Axiom of Revealed Preference (WARP)*, representação matemática que assume que se um agente apresenta preferência por X a Y, então ele não pode apresentar preferência por Y a X.

diferentes apresentações para Sen: preferência revelada, preferência observada e preferência preferida. Na seção 3, serão melhores desenvolvidas as argumentações com base nas críticas de Amartya Sen.

3 Um esboço de crítica

3.1 Crítica à psicologia comportamental

Amartya Sen, em *'Behaviour and The Concept of Preference'* (1973), examina a filosofia por trás da abordagem da preferência revelada (*Weak Axiom of Revealed Preference*), preferência observada (comportamento, base da teoria de Arrow) e preferência preferida (de fato), discutindo sobre sua utilização e implicações dessas questões para a economia normativa. Com isso, Sen inicia uma crítica aos modelos neoclássicos de ação racional, implicando que preferência não é apenas diferente de escolha, mas também existem diferentes tipos e apresentações de preferência.

Sen, portanto, retoma o conceito de preferência revelada em Samuelson, ressaltando a diferença entre escolha e preferência; a partir do método de observação científica, escolhas são observadas primeiros, e preferências são assumidas a partir da observação. Se a pessoa escolhe 'X' a 'Y' quando ambos estão disponíveis, então ela prefere 'X' a 'Y', e não 'Y' a 'X', conforme o *Weak Axiom of Revealed Preference*: $XpY \rightarrow \text{não } YpX$, e quando $S = \{X, Y\}$, então XpY .

Com seu trabalho, Sen é inovador ao incluir uma análise de contexto e diferentes interpretações para escolhas iguais, argumentando ser necessário observar o contexto em que decisões são tomadas para poder analisá-las. Assim, diferentemente de Arrow, Sen demonstra que ter o comportamento como única fonte e base de estudo de tomada de decisões torna a análise inconsistente. Sen ilustra com exemplos que diferentes interpretações podem ser feitas sobre uma mesma escolha, estas podendo ser mais egocêntricas, empáticas, influenciadas pelo medo de reprovação social ou quanto ao senso de responsabilidade moral do ator. Desse modo, Sen traz

a moralidade e a ética como variáveis relevantes para a tomada de decisão, fazendo uma crítica à psicologia comportamental.

Diferentemente da premissa única da racionalidade de Arrow, Sen afirma que a preferência pode, de fato, representar uma preservação da correspondência com a escolha (a coerência e previsibilidade de Arrow) ou manter conexão com a concepção de bem comum, porém isso não acontece simultaneamente, ou seja, a preferência não pode compreender coerência com a escolha e a ideia de bem comum ao mesmo tempo. Por 'bem comum', o autor aborda a questão de como o julgamento de bem-estar dos indivíduos é uma base de análise da preferência, sendo a "ligação dupla entre escolha e preferência de um lado e preferência e bem-estar de outro é crucial para os aspectos normativos da teoria do equilíbrio geral"(SEN:1971,253).

Em reforço a crítica à análise exclusivamente comportamentalista, é dito que o comportamento humano muda – podendo ser pela adaptação ao contexto em que o indivíduo está inserido, por questões morais e sociais, etc – de modo que a escolha também pode ser alterada, ainda que a preferência em si não sofra mudança. Esta abordagem pode ser uma fonte inconsistente não apenas por ser mutável, mas também porque os padrões de comportamento que demonstram melhores condições para que os atores possam escolher não necessariamente são os mesmos padrões que revelam sua preferência.

Assim, Sen afirma que os códigos e padrões sociais de comportamento podem influenciar as pessoas a agirem de modo que se supõe que elas tenham uma preferência divergente da sua preferência preferida. O comportamento pode ser uma boa fonte de informações, no entanto, devido ao trabalho empírico e metodológico, não deve ser considerado a única fonte ou base exclusiva para analisar preferências.

3.2 Crítica à ideia de maximização na ação

Uma das principais premissas do modelo neoclássico de ação é a ideia de que agentes agem sempre com a intenção de maximizar uma utilidade,

sendo atores auto-interessados que fazem escolhas analisando as melhores alternativas para beneficiá-los ou a menos pior para que não os deteriore. Para Arrow, esta é uma característica crucial para seres racionais.

Entretanto, em '*Maximization and The Act of Choice*', Sen argumenta que a maximização é intuitiva e evolutiva, mas não é deliberada. O autor identifica a relevância de diferenciar o comportamento de maximização da maximização não intencional, assim apontando que há diferença, também, quanto aos resultados abrangentes ('*comprehensive outcomes*') e os resultados resultantes ('*culmination outcomes*') para a análise da escolha e da preferência da pessoa. Sen, portanto, traz dois conceitos importantes em seu texto: *chooser dependence* e *menu dependence*.

Uma abordagem abrangente ocasiona resultados distintos, como é demonstrado pelo *menu dependence*, enquanto a identidade do ator (*chooser dependence*) também influencia no ato de escolha e em sua concepção. A descrição das alternativas disponíveis para escolha e a descrição do processo de escolha em si são relevantes para analisar a preferência das pessoas. Uma mesma decisão pode ter diferentes explicações, interpretações e motivações, logo, a abordagem abrangente possui muita relevância.

Outrossim, Sen exemplifica quatro casos distintos para destacar a importância da descrição abrangente. Primeiro, ele apresenta o altruísmo interessado, isto é, a preocupação com a própria reputação e com os efeitos indiretos que uma ação pode causar, pode resultar em um processo de avaliação para que pessoa escolha 'X', e não 'Y' ou 'Z', embora essa decisão não reflita diretamente sua preferência (que, por exemplo, pode ser 'Y', mas escolher 'Y' talvez acarrete em resultados indiretos indesejados). O autor também enumera a viabilidade de influência do compromisso social e imperativos morais, que estão ligados a sentimentos morais e responsabilidade. Então, é citada a questão dos efeitos diretos sobre o bem-estar, o conflito com a dupla dependência de valores e a possibilidade da maior utilidade estar no processo do ato de escolha. Por último, é o caso da obediência a regras convencionais, ou seja, maximizar uma utilidade sem muita intenção, mas apenas porque é o esperado ou o convencional.

Sendo assim, qual descrição do processo de escolha desafiaria ou não o modelo do ator racional (MAR)? O primeiro caso – de altruísmo interessado – pode ser alinhado ao MAR, pois reflete o auto-interesse do agente que faz a escolha; contudo, os outros apresentam maior desafio para o modelo neoclássico por exigirem maior análise do contexto e da descrição do processo de escolha, indo além da análise exclusivamente comportamentalista.

O julgamento e a compreensão do ato de escolha têm influência nas motivações para que o indivíduo siga um processo e tome uma decisão, demonstrando um determinado padrão de comportamento. Sen afirma que a valorização intrínseca e instrumental são ambas relevantes para compreender a sociedade, e entende que a moral e sua epistemologia também são importantes. Além disso, o autor se preocupa em evidenciar a relevância do efeito da responsabilidade, seja como um sentimento relacionado ao bem-estar pessoal ou não, pois as pessoas se sentem com um dever de responsabilidade e levar esse compromisso para o seu processo de escolha.

Sen, portanto, retoma seus dois conceitos apresentados acima, abordando quanto às influências que o ato de escolha pode sofrer. O *menu dependence*, sobre de que modo e quantas possibilidades se apresentam, e como essa variação de descrição e apresentação variam para a concepção de escolha, ainda que o resultado final seja o mesmo. E o *chooser dependence* que é a variável da identidade, moralidade, responsabilidade e contextos do agente que faz a escolha.

Comparando o *menu dependence* com uma leitura epistêmica, pode-se chegar a preferências aparentemente incoerentes, no entanto, essa comparação leva a uma interrelacionalidade entre ambos. O *menu* apresentado pode ser interpretado de diferentes maneiras, e quando não é viável fazer comparações entre os itens do *menu* é possível que a escolha do ator seja influenciada de modo que esta não represente sua preferência. Sen disserta quanto ao voto dependendo da apresentação dos candidatos, quem são e como são. Por exemplo, um candidato conservador que descreve seus concorrentes como todos não-conservadores torna difícil equiparar ele aos últimos: o candidato muda sua comparação interrelacional.

Ademais, é necessário destacar a diferença entre comportamento de maximização e a otimização de uma utilidade, por meio da análise do *chooser dependence* e do *menu dependence*, que podem guiar um ator a maximizar uma utilidade sem intenção ou com razões alheias ao objetivo final de maximização; por outro lado, a otimização é o objetivo, de fato, de potencializar uma utilidade. Esta diferenciação ressalta uma crítica de Sen aos modelos neoclássicos, pois estes utilizam de condições consistentes que não admitem a variabilidade de comportamento se mantendo o mesmo ranqueamento de preferências. Assim, o autor reforça a ideia de que existem mais fatores além daqueles considerados suficientes para a teoria da escolha.

4 Empatia e capacidades

Analisar o contexto cultural, social e político-econômico em que o indivíduo está inserido pode levar a diferentes relações entre escolha e preferência. Pessoas ambientadas em contextos de desigualdade e pobreza podem exibir preferências e comportamento que se adaptam a essas características, apresentando o que Martha Nussbaum chama de preferências adaptadas. Em *'Poverty and Human Functioning: Capabilities as Fundamental Entitlements'*, Nussbaum demonstra sua preocupação compartilhada com Sen quanto as capacidades, o que as pessoas são de fato capazes de fazer e de ser.

Nussbaum corrobora com o trabalho de Sen sobre a justiça social, afirmando que marcadores clássicos de desenvolvimento, como o crescimento econômico (PIB e PIB per capita), não são capazes de demonstrar com precisão a situação de pessoas em contextos de extrema pobreza ou de mulheres, grupos que sofrem com a desigualdade e discriminação em diversos setores da sociedade. Assim, há uma crítica a estes marcadores, sugerindo que para ter uma ideia real do desenvolvimento humano de um país, e para desenvolver um objetivo de desenvolvimento, é necessário analisar as capacidades das pessoas. Ao definir como objetivo diminuir a

desigualdade e estabelecer a justiça social, um dos processos sugeridos é buscar a igualdade de capacidades das pessoas.

Ao longo de seus trabalhos, Nussbaum desenvolve uma lista mutável e aberta de Capacidades Humanas Centrais, que são importantes para toda e cada pessoa, com o objetivo de servir de base para a análise da qualidade de vida e para o desenvolvimento de princípios políticos. A autora reforça que sua lista é passível de mudança e maior elaboração conforme mudanças sociais e leituras, no entanto, seus tópicos são bases relevantes para o estudo das capacidades e o esboço de crítica ao modelo neoclássico de ação. Entre os tópicos desta lista, destaco as emoções, razão prática e o controle sobre o ambiente político, que considero os principais itens relevantes para a discussão da teoria da escolha.

Primeiro, a capacidade da pessoa de ter emoções por coisas e outras pessoas pode ser ligada ao sentimento de empatia, que é a capacidade de se colocar no lugar de outro. Sendo capaz disso, uma pessoa pode sentir maior responsabilidade social, estados relevantes para o processo de escolha, pois podem levar um indivíduo à preocupação com sua reputação e efeitos indiretos sociais (conforme visto na seção 3.2.). Por outro lado, a pessoa que não analisa a situação pelo lado de outros pode seguir um processo diferente também; ao não compreender os sentimentos e contextos de terceiros, a pessoa pode, inclusive, não entender por completo o contexto em que ela própria está inserida, projetando-se de modos diversos. Em ambos os casos, há a possibilidade de que o ator tome uma decisão incoerente com sua preferência.

Segundo, a razão prática como capacidade de elaborar concepções, reflexões e críticas, definindo uma linha de raciocínio do que é bom ou não e dependendo da liberdade de consciência. É importante que a pessoa tenha a capacidade da razão prática para determinar suas necessidades e processos que colaborem com seu próprio bem-estar para poder, dessa maneira, fazer escolhas que não apenas sejam coerentes com suas preferências, mas também seguir processos justos que não sofram impactos externos negativos.

Terceiro, o controle da pessoa sobre seu ambiente político permite que esta tenha liberdade para participar de decisões políticas, tendo direitos como a participação e proteção de liberdade de expressão e associação. O indivíduo deve ter o direito ao voto e ao livre discurso, junto da razão prática, para que possa desenvolver seu próprio pensamento.

Nussbaum afirma que a lista está em revisão e pensamento constante, no entanto, é importante analisar seus tópicos como variáveis para a compreensão do processo de tomada de decisão de indivíduos, pois estes podem ilustrar como as pessoas estão suscetíveis aos contextos em que estão inseridas.

5 Conclusão

A análise comportamental dos indivíduos não é suficiente para compreender suas preferências e determinar seu processo de escolha, conforme foram apresentados outros fatores que contribuem para a compreensão da prática de tomada de decisão, como o contexto em que as pessoas estão inseridas e a descrição dos processos utilizados para fazer uma escolha. Assim, buscamos demonstrar que a decisão de um indivíduo pode não ter coerência aparente com sua preferência declarada ou observada, tornando necessária a análise do processo que levou a pessoa àquela escolha.

Sociedades são desiguais e diversas, embora em constante evolução e, logo, mudanças. Este, em si, é um grande desafio para o modelo neoclássico de ação, que tenta elaborar premissas fixas de análise; pessoas estão inseridas em diferentes contextos e em posições hierárquicas socialmente diversas, portanto, é difícil representar todas sem levar em consideração essa variação de características.

Conforme Sen, os códigos e padrões sociais de comportamento podem ter influência sobre as ações das pessoas, que têm concepções e processos variantes segundo a descrição de contexto, alternativas e processos. O autor é essencial para a discussão atual sobre a teoria da

preferência, pois apresenta críticas e novos fatores integrais para a compreensão da tomada de decisão de atores.

Outrossim, o modelo neoclássico de ação demonstra inconsistências de análise, o que pode gerar a avaliação equivocada da escolha de um indivíduo como irracional por não apresentar coerência com sua preferência declarada ou com o esperado que seja sua preferência. Entretanto, quando analisado o mesmo processo, porém considerando os fatores citados no presente artigo, a decisão pode se tornar compreensível e, consequentemente, racional.

Referências

ARROW, Kenneth. **Social Choice and Individual Values**. Cowles Commission for Economics Research, 1951.

NUSSBAUM, Martha. **Poverty and Human Functioning: Capabilities as Fundamental Entitlements**. Stanford University Press, 2006.

PONTIN, Fabricio. *From the Paradox of Voting to a General Paradox of Choice*. in SILVA, Delmo Mattos da. et al. **Contratualismo moral e político na contemporaneidade: Anais do Primeiro Congresso Internacional**. Seropédica: Editora da UFRRJ, 2014. p 27-41

SAMUELSON, Paul. **A Note on The Pure Theory of Consumer's Behaviour**. *Economica*, Vol. 5, 1938.

SEN, Amartya. **Maximization and The Act of Choice**. *Econometrica*, Vol. 65, No. 4, p. 745-779, jul. 1997.

SEN, Amartya. **Behaviour and The Concept of Preference**. *Economica*, New Series, Vol. 40, No. 159, p. 241-259, ago. 1973.